Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Emenda Modificativa n°

Art. 1°. O artigo 155, § 2°, II da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da alínea c, com a seguinte redação:

```
"Art. 155.

(...)
§ 2°

(...)

II

(...)
c) ficará vedado a sua cobrança por meio de substituição tributária na hipótese de micro e pequenas empresa, definidas em lei complementar;

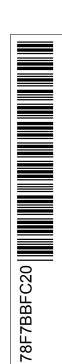
(...)." (NR)
```

Art. 2°. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Esta emenda visa extinguir a cobrança de diferença de alíquotas bem como da recomposição ou antecipação do iICMS por Substituição Tributária - StT ou seja, vedar a cobrança de ICMS por ST, diferença de alíquotas, recomposição ou qualquer tipo de antecipação.

O recolhimento antecipado do ICMS/ST, com percentuais



de Margem de Valor Agregado - MVA fora da realidade do mercado, causa danos imensos às micro e pequenas empresas. Os principais problemas nos Estados Federados, referentes à cobrança do ICMS por ST - Substituição Tributária são:

- A margem de valor agregado (MVA%) que o Estado aplica sobre as mercadorias, muitas vezes é incompatível com as margens aplicadas no mercado, encarecendo muito o valor das mesmas. Ex.: produtos ópticos (120%), utensílios domésticos (81%).
- A inclusão cada vez maior da quantidade de mercadorias tributadas pela ST inviabiliza a filosofia do Simples Nacional (SN) como imposto unificado. Apesar de as mercadorias tributadas pela ST serem objeto de dedução no DAS, o seu pagamento antecipado onera em muito o contribuinte, sobretudo para as empresas que estão iniciando suas atividades e que venham a ter um rol considerável de mercadorias tributadas pela ST, devido à falta de capital de giro.
- A forma de pedir restituição / ressarcimento do ICMS-ST (pago antecipado), caso a operação não se concretize, também é demorada, pois sendo feito o pedido, mediante requerimento, o aproveitamento do ICMS só pode ocorrer após o deferimento e isto ocorre de forma lenta.

Nesse sentido, a saída mais viável é a não antecipação dos tributos. Em razão do exposto, contamos com o apoio dos nobres Deputados a Emenda aqui apresentada.

Sala da Comissão, de maio de 2008.

Deputado Gilmar Machado PT/MG

